

Banco Komatsu do Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras de
30 de junho de 2023 e 2022

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditor independente sobre as demonstrações financeiras	4
Balanco patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutação do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Komatsu do Brasil S.A., correspondente às atividades desenvolvidas durante os semestres findos em 30 de junho de 2023 e de 2022, elaboradas em conformidade com a legislação vigente, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Ouvidoria

O Banco Komatsu, em conformidade com as disposições da Resolução CMN nº4.860/20, do Conselho Monetário Nacional, mantém o componente organizacional de ouvidoria. Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que busca o aprimoramento de nossos procedimentos e rotinas, assim como o aperfeiçoamento de nossos produtos e serviços.

Desempenho

O Banco Komatsu tem suas operações voltadas ao financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos distribuídas pelo grupo Komatsu no Brasil.

O valor da carteira de operações de crédito no encerramento do 1º semestre de 2023, foi de R\$ 809 milhões. O lucro líquido no 1º semestre de 2023, após a dedução da provisão para imposto de renda e da contribuição social, foi de R\$ 5 milhões. O patrimônio líquido no final do 1º semestre de 2023 totalizava R\$ 179 milhões, com o índice de Basileia de 21,67%.

Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas e clientes pelo apoio e confiança e aos nossos colaboradores pelo seu comprometimento e dedicação.

A Administração

São Paulo, 18 de agosto de 2023.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores do

Banco Komatsu do Brasil S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Komatsu do Brasil S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Komatsu do Brasil S.A. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

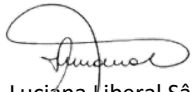
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de agosto de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

Banco Komatsu do Brasil S.A.

Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

ATIVO	NOTA	jun/23	dez/22
Disponibilidades	5a	22.777	26.010
Ativos Financeiros		797.114	712.881
Instrumentos Financeiros Derivativos	6a	-	3.048
Operações de Crédito		793.347	703.735
Operações de Crédito	7a	809.412	714.342
(Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito)	7g	(16.065)	(10.607)
Outros Ativos Financeiros	8	3.767	6.098
Ativos Fiscais		17.712	15.930
Ativos Tributários Correntes		5.824	10.163
Crédito Tributário	17b	11.888	5.767
Imobilizado de Uso	10	491	568
Outras imobilizações de uso		1.096	1.085
(Depreciação acumulada)		(605)	(517)
Outros Ativos	9	5.611	5.859
TOTAL DO ATIVO		843.705	761.248

PASSIVO	NOTA	jun/23	dez/22
Depósitos e demais Instrumentos Financeiros		625.477	549.344
Depósitos	11	120.314	204.078
Obrigações p/Emissões de Letras Financeiras	11	25.238	-
Obrigações p/Empréstimos no Exterior e no País	12	377.870	289.270
Obrigações p/ Repasses País - Instituições Oficiais	13	39.563	43.540
Instrumentos Financeiros Derivativos	6a	62.492	12.456
Outros Passivos	14	31.535	27.487
Passivos Fiscais		7.848	11.804
Passivos Tributários Correntes		7.848	11.804
Patrimônio Líquido		178.845	172.613
Capital Social	15a	150.000	150.000
Ajuste de Avaliação Patrimonial	6c	(5.035)	(856)
Reserva Legal		1.776	1.514
Reserva Estatutária		32.104	21.955
TOTAL DO PASSIVO		843.705	761.248

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Komatsu do Brasil S.A.

Demonstração do Resultado

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	NOTA	jun/23	jun/22
Receitas da Intermediação Financeira		109.804	102.834
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	7b	58.343	37.364
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5b	2.380	2.184
Rendas de Títulos de Renda Fixa		-	11
Rendas c/ Instrumentos Financeiros Derivativos	6d	8.744	28.270
Receitas de Variações Cambiais dos Empréstimos		40.337	35.005
(Despesas) da Intermediação Financeira		(86.196)	(84.108)
Operações de Captação de Mercado		(10.833)	(9.718)
Operações de Empréstimos e Repasses		(18.973)	(31.759)
Operações de Arrendamento Financeiro		-	(3.654)
Operações de Instrumentos Financeiros Derivativos	6d	(56.390)	(38.977)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		23.608	18.726
Resultado de Provisão para Perdas		(6.161)	(2.039)
(Provisão) para perdas associadas ao risco de crédito		(6.161)	(2.039)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(7.497)	(6.573)
Receitas de Prestação de Serviços	21a	252	139
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	21a	1	54
(Despesas) Tributárias	21a	(1.158)	(852)
(Despesas) de Pessoal	21d	(2.253)	(1.887)
(Despesas) de Honorários de Diretoria	21d	(1.990)	(1.936)
Outras (Despesas) Administrativas	21c	(2.349)	(2.091)
Resultado Operacional		9.950	10.114
Outras Receitas/(Despesas) não operacionais	21b	(111)	356
Resultado antes da Tributação		9.839	10.470
Imposto de Renda e Contribuição Social		(4.407)	(5.428)
Provisão para Imposto de Renda	17	(3.974)	(3.672)
Provisão para Contribuição Social	17	(3.135)	(2.286)
Impostos Diferidos		2.702	530
Participação nos Lucros		(188)	(116)
Resultado do Período		5.244	4.926
Lucro líquido por ação		0,05244	0,04926

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Komatsu do Brasil S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>NOTA</u>	<u>jun/23</u>	<u>jun/22</u>
Resultado Líquido do Período		5.244	4.926
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:		(4.179)	(852)
Hedge de fluxo de caixa		(4.179)	(852)
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido	6c	(7.598)	(1.701)
Efeito fiscal	6c	3.419	849
Resultado Abrangente		1.065	4.074

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Komatsu do Brasil S.A.

Demonstração da Muta  o do Patrimônio Líquido

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Reservas de Lucros				Outros	Lucros	
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva de Expansão	Resultados abrangentes	Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	150.000	997	-	17.304	832	-	169.133
Lucro líquido do 1�� Semestre	-	-	-	-	-	4.926	4.926
Destina��o do Lucro:							
Reserva Legal	-	246	-	-	-	(246)	-
Reserva de Expansão	-	-	-	(17.304)	-	-	(17.304)
Reserva Estatutária	-	-	21.984	-	-	(4.680)	17.304
Ajuste de Avalia��o Patrimonial	-	-	-	-	(852)	-	(852)
Saldos em 30 de junho de 2022	150.000	1.243	21.984	-	(20)	-	173.207
Saldos em 31 de dezembro de 2022	150.000	1.514	21.955	-	(856)	-	172.613
Lucro líquido do 1�� Semestre	-	-	-	-	-	5.244	5.244
Destina��o do Lucro:							
Reserva Legal	-	262	-	-	-	(262)	-
Reserva Estatutária	-	-	10.149	-	-	(4.982)	5.167
Ajuste de Avalia��o Patrimonial	-	-	-	-	(4.179)	-	(4.179)
Saldos em 30 de junho de 2023	150.000	1.776	32.104	-	(5.035)	-	178.845

As notas explicativas são parte integrante das demonstra  es financeiras.

Banco Komatsu do Brasil S.A.

Demonstração do Fluxo de Caixa

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	NOTA	jun/23	jun/22
RESULTADO DO PERÍODO		5.244	4.926
Ajustes ao Resultado:		(1.114)	6.148
Depreciação de Imobilizado	21c	88	85
Depreciação de Arrendamento Financeiro		-	294
Provisão/(reversão) de provisão para perdas associadas a carteira de crédito		5.458	2.039
Insuficiência de Depreciação		-	3.063
Reversão p/Desvalor.de Ativos não Finan.Mantidos p/venda		-	(90)
Resultado Alienação de Ativos não Finan.Mantidos p/venda		222	(205)
Resultado MTM dos Inst.Finan.Derivativos		(4.179)	852
Impostos Diferidos		(2.703)	212
Recuperação de Despesas		-	(102)
LUCRO/(PREJUÍZO) AJUSTADO DO PERÍODO		4.130	11.074
Variações Patrimoniais			
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais		(88.745)	(47.114)
Instrumentos Financeiros Derivativos		3.048	55.636
Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro		(95.070)	(108.715)
Outros Ativos		3.277	5.965
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais		81.393	46.514
Depósitos Interfinanceiros		(83.764)	(27.118)
Depósitos a Prazo		-	(211)
Obrigações p/Emissão de Letras Financeiras		25.238	-
Instrumentos Financeiros Derivativos		50.036	4.156
Obrigações p/ Empréstimos e Repasses		(3.977)	22.164
Obrigações p/ Empréstimos no Exterior e no País		88.599	55.350
Outros Passivos		5.261	(7.827)
ATIVIDADES OPERACIONAIS - CAIXA LÍQUIDO (APLICADO)		(3.222)	10.474
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO - CAIXA LÍQUIDO (APLICADO)		(11)	100
(Aquisição) de Imobilizado de Uso		(11)	(12)
Baixa de Imobilizado de Uso		-	112
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(3.233)	10.574
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		26.010	22.973
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		22.777	33.547
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(3.233)	10.574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$)

1 Contexto Operacional

O Banco Komatsu do Brasil S.A. (Banco) está focado em oferecer financiamentos para a aquisição de máquinas e equipamentos produzidos pela Komatsu Brasil *International* Ltda. e comercializados por sua rede de distribuidores no Brasil, através das modalidades de financiamento Finame (BNDES), CDC e Arrendamento Financeiro. Como não está envolvido com outros produtos bancários de crédito ou de investimentos, é capaz de concentrar seus esforços na oferta de produtos e serviços específicos para seus clientes em condições de excelência.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e com as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 13.818/19.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às Instituições Financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

Resolução CMN nº 4.924/21	Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	CPC 00
Resolução CMN nº 4.924/21	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	CPC 01
Resolução CMN nº 4.524/16	Efeitos das mudanças taxas câmbio e conversão de demonstrações financeiras	CPC 02
Resolução CMN nº 4.818/20	Demonstração dos Fluxos de Caixa	CPC 03
Resolução CMN nº 4.534/16	Ativo intangível	CPC 04
Resolução CMN nº 4.818/20	Divulgação sobre Partes Relacionadas	CPC 05
Resolução CMN nº 3.989/11	Pagamento Baseado em Ações	CPC 10
Resolução CMN nº 4.924/21	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	CPC 23
Resolução CMN nº 4.818/20	Evento Subsequente	CPC 24
Resolução CMN nº 3.823/09	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	CPC 25
Resolução CMN nº 4.535/16	Ativo Imobilizado	CPC 27
Resolução CMN nº 4.877/20	Benefícios a Empregados	CPC 33
Resolução CMN nº 4.818/20	Resultado por Ação	CPC 41
Resolução CMN nº 4.924/21	Mensuração do valor justo	CPC 46
Resolução CMN nº 4.924/21	Receita de Contrato com Cliente	CPC 47

Essas demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas em reunião de Diretoria em 17/08/2023.

3 Principais Práticas Contábeis

a. Apuração do Resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, e reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base *pro rata die*.

Não são apropriadas as receitas de operações de crédito que apresentarem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal e/ou encargos.

Adicionalmente, as receitas e despesas foram reconhecidas segundo a Portaria MF nº 140/84 que estabelece normas às contraprestações de arrendamento mercantil que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no período;
- Ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil; e
- Os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices e taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por Disponibilidades em moeda nacional e Aplicações em Depósitos Interfinanceiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias (entre a data de aplicação e vencimento do ativo) e quando de um resgate antecipado, apresentam risco insignificante de mudança do valor justo, sendo utilizado pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (**Nota 5**).

c. Instrumentos Financeiros Derivativos

Os Instrumentos Financeiros Derivativos integrantes da carteira do Banco são utilizados para *hedge* (proteção) e seguem as orientações da Resolução CMN nº4.966/21. Esses instrumentos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais.

Os Instrumentos Financeiros Derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os Instrumentos Financeiros Derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção *hedge* e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- (i) **Hedge de Risco de Mercado** – Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de *hedge*, têm seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) **Hedge de Fluxo de Caixa** – Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nesta categoria, bem como o item objeto de *hedge*, têm seus ajustes a valor de mercado da parcela efetiva do *hedge* registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributário, e qualquer outra variação em contrapartida à adequada conta de receita e despesa, no resultado do período (**Nota 6**).

Os Instrumentos Financeiros Derivativos que não atendam aos critérios do hedge têm seus ajustes a valor de mercado registrados diretamente no resultado do período.

d. Operações de Crédito – Operações de Crédito, de Arrendamento Financeiro e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A carteira de crédito, contemplando as operações de crédito, de arrendamento financeiro são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, e experiência passada e os riscos específicos em relação a operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito deixam de ser apropriadas para resultado enquanto as operações apresentarem atraso igual ou superior a 60 dias.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes de renegociações de contrato em atraso igual ou superior a 60 dias ou em prejuízo são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito, é calculada individualmente por devedor, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 (**Nota 7**).

e. Outros Ativos – Outros Valores e Bens

Ativos não Financeiros Mantidos para Venda

Registram-se como Ativos não Financeiros Mantidos para Venda do Banco, os bens adjudicados, recebidos por dação em pagamento ou por qualquer outra forma recepcionados para a liquidação ou amortização de dívidas, tomando-se por base os seguintes critérios de reconhecimento desses ativos:

O valor dos bens é registrado considerando os seguintes critérios:

- Bens com valor superior a R\$ 51.100 - são registrados pelo valor obtido através de laudo técnico de empresa terceirizada e não ligada do Banco;
- Bens com valor entre R\$ 25.551 e R\$ 51.099 – são registrados pelo valor obtido através de laudo técnico de empresa terceirizada e não ligada do Banco; e
- Bens com valor inferior a R\$ 25.550 – são registrados pelo saldo médio obtido nas vendas dos últimos 6 meses, levando em consideração as características do bem.

Adicionalmente, no caso de recuperação de créditos mediante dação de bens em pagamento, são observados os seguintes procedimentos:

- Quando a avaliação dos bens for superior ao valor contábil dos créditos, o valor registrado é igual ao montante de crédito, uma vez que não é permitida a contabilização do diferencial como receita; e
- Quando a avaliação dos bens for inferior ao valor contábil dos créditos, o valor registrado limita-se ao montante da avaliação dos bens.

O Banco avalia periodicamente, se há alguma indicação de que esses bens possam ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, o Banco estima o seu valor recuperável. Se o valor recuperável for inferior que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado em “Resultado de Provisão para Perdas associadas ao risco de crédito” (**Nota 3e**).

f. Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço que ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas (**Nota 9**).

g. Imobilizado de Uso

Até dezembro de 2016 o imobilizado de uso foi registrado pelo custo de aquisição e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 20% para veículos, processamento de dados e 10% nos demais itens (**Nota 10**).

A partir de janeiro de 2017 de acordo com a Resolução CMN nº 4.535/16 do BACEN, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos que impactem sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis a alocação e condição para seu funcionamento.

Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo calculada de forma linear, e reconhecida mensalmente em contrapartida a conta específica de despesa operacional, considera-se vida útil do bem no período do tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.

h. Ajustes aos Valores Recuperáveis dos Ativos (*Impairment*)

O Banco adota a prática de executar testes nos valores de recuperação dos seus Ativos não financeiros de acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, no mínimo uma vez a cada exercício, com o objetivo de verificar a existência de evidências de desvalorizações desses Ativos e consequente ajustes contábeis desses Ativos aos seus valores de realização. Em 30 de junho de 2023 e 2022 não foram identificadas perdas por *Impairment*.

i. Imposto de Renda e Contribuição Social (Ativos e Passivos)

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, calculados sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, são registrados na rubrica “Ativos Fiscais” e realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis.

Com base na Resolução CMN nº 4.842/20, os resultados tributáveis históricos e projeções de prazo preparado pelo Banco, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização desses ativos.

A provisão para o imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240 anuais. A provisão para a contribuição social é calculada à alíquota de 20%, a Medida Provisória nº 1.115/22, majorou a alíquota de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido para os Bancos, de 20% para 21% para o período de agosto a dezembro de 2022, retornando a 20% a partir de 1º de janeiro de 2023.

j. Rendas de Exercícios Futuros

Entende-se como rendas antecipadas as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação do serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, dependa apenas, da fluência do prazo.

k. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$) mil, que é a moeda funcional do Banco. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

l. Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

Em 30 de junho de 2023 o Banco não possui Ativos e Passivos Contingentes.

m. Benefícios a Empregados

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de benefícios a empregados de curto e longo prazo, são efetuados, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/20. Em consonância com o Regime de competência, o pronunciamento requer que a entidade reconheça um passivo em contrapartida no resultado do período.

Os valores referentes a participação nos lucros (PLR) de diretores e empregados são reconhecidos em “Outros Passivos – Provisão para Participação nos Lucros” em contrapartida ao resultado, em “Participação de Empregados e Administradores nos Lucros e Resultado”.

n. Depósitos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

Os custos incorridos na emissão de títulos ou outras formas de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado com base no regime de competência pelo prazo das operações originárias, e são apresentados como redutores do passivo correspondente.

As captações que são objeto de *hedge* de Fluxo de Caixa são avaliadas pelo seu valor justo, utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor justo dessas operações são registrados na mesma linha que abriga o instrumento financeiro, em contrapartida de “Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos”.

o. Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perdas, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

p. Resultado Recorrente / Não Recorrente

As políticas internas do 1º semestre de 2023 consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social do Banco previsto em seu Estatuto Social, ou seja, “a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados aos bancos múltiplos com carteira comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, inclusive câmbio, e o exercício de administração da carteira de valores mobiliários, bem como participar de outras sociedades, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira”. Além disto, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos anos seguintes. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro líquido do Banco do 1º semestre de 2023, no montante de R\$ 5.244, foi obtido com base em resultados recorrentes. Em 2022, houve a majoração da Contribuição Social que no segundo semestre de 2022 que passou de 20% para 21% para os Bancos, e voltou para 20% em janeiro de 2023, conforme apresentado no quadro abaixo:

	<u>jun/23</u>	<u>jun/22</u>
Lucro líquido dos semestres	<u>5.244</u>	<u>4.926</u>
Resultado não recorrente		
Majoração da alíquota da CSLL reflexo no Diferido	-	(82)
Lucro líquido recorrente	<u>5.244</u>	<u>4.844</u>

4 Principais Julgamentos e Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. A Administração aplica estimativas que podem alterar significativamente os montantes apresentados nas demonstrações financeiras, sendo que os valores podem ser divergentes em cenários em que são empregadas tais proposições. A seguir, estão descritas políticas contábeis adotadas que possuem elevada complexidade e norteiam aspectos relevantes na apuração de nossas operações.

a. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de operações de crédito e arrendamento financeiro

Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, seguindo o disposto na Resolução CMN nº 2.682/99.

O Banco constitui provisão adicional para perdas de crédito, mediante ao cenário de crise no mercado de crédito, a qual segue os critérios da política interna de operações de créditos, que cita inclusive, eventos extraordinários que impliquem em maior risco de inadimplência da carteira de crédito. Maiores detalhes sobre os critérios utilizados na mensuração das perdas associadas ao risco de crédito são apresentados na **(Nota 7)**.

b. Créditos tributários

A realização de créditos tributários está suportada pelas projeções orçamentárias do Banco, devidamente aprovada pela diretoria. Referidas projeções estão embasadas no planejamento estratégico vigente, que considera premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico como inflação e taxa de juros, desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros.

Este item é apontado especialmente por conta da representatividade dos saldos de créditos tributários ativados, pela utilização de estimativas de rentabilidade futura que incorrem em alto grau de julgamento e pelos impactos relevantes que mudanças de premissas podem trazer para as demonstrações financeiras.

O detalhamento para a realização de créditos tributários está apresentado na **(Nota 17)**.

c. Mensuração do Valor Justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo dos ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

O modelo de mensuração do valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos, incluindo os derivativos, desenvolvidos pela Administração, leva em consideração o cenário econômico, a coleta de indicadores e preços praticados no mercado, aplicáveis a estes instrumentos na data do balanço. O valor da liquidação destes instrumentos financeiros poderá ser diferente dos valores estimados.

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa do Banco, conforme Resolução CMN nº 4.818/20, apresentado no Balanço está constituído por:

a. Disponibilidades

	jun/23	dez/22
Disponibilidade	707	5.936
Aplicação em Depósitos Interfinanceiros (1)	22.070	20.074
TOTAL	22.777	26.010

- (1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor de mercado.

b. Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

	jun/23	jun/22
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.380	2.184
TOTAL	2.380	2.184

6 Instrumentos Financeiros Derivativos

a. Composição dos montantes de diferenciais a receber e a pagar, na rubrica de instrumentos financeiros de

Ativo	jun/23			
	Valor de Custo	Ajuste ao Valor de Mercado (no Patrimônio Líquido)	Diferencial a Receber	Custódia
Derivativos				
Operações de swap - diferencial a receber	-	-	-	-
Total Contratos a receber			-	

Ativo	dez/22			
	Valor de Custo	Ajuste ao Valor de Mercado (no Patrimônio Líquido)	Diferencial a Receber	Custódia
Derivativos				
Operações de swap - diferencial a receber	3.951	(903)	3.048	Cetip
Total Contratos a receber			3.048	

jun/23				
Passivo	Ajuste ao Valor de Mercado (no Patrimônio Líquido)			
Derivativos	Valor de Custo		(Diferencial a Pagar)	Custódia
Operações de swap - diferencial a pagar	43.742	18.750	(62.492)	Cetip
Total Contratos a Pagar			(62.492)	

dez/22				
Passivo	Ajuste ao Valor de Mercado (no Patrimônio Líquido)			
Derivativos	Valor de Custo		(Diferencial a Pagar)	Custódia
Operações de swap - diferencial a pagar	(10.104)	(2.352)	(12.456)	Cetip
Total Contratos a Pagar			(12.456)	

Para “Instrumentos Financeiros Derivativos”, o valor de mercado foi apurado com base nos seguintes critérios:

Com base nos valores referenciais de cada um dos parâmetros dos contratos, considerando o fluxo de caixa descontado a valor presente pelas taxas no mercado futuro de juros, destina-se a atender as necessidades próprias, no sentido de reduzir sua exposição e riscos de mercado, moeda e juros.

Em 30 de junho de 2023 e 2022, o Banco não apresentava títulos classificados como “Títulos Disponíveis para Venda” e “Negociação”.

b. Hedge de Fluxo de Caixa

Conforme a Resolução CMN nº 4.966/21 as operações classificadas como *Hedge* são realizadas com instrumentos derivativos com o objetivo de mitigar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista e são classificadas como *Hedge* de risco de mercado caso se destinem a compensar riscos decorrentes de variação no valor de mercado ou classificadas como *Hedge* de fluxo de caixa quando se destinam a compensar variação no fluxo de caixa estimado da instituição.

O *Hedge* é considerado efetivo quando compensam as variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa do objeto de *Hedge* num intervalo entre 80% à 125% de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21.

As efetividades das estruturas dos *Hedges* de risco de fluxos de caixa são medidas mensalmente, e estão em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN.

A estrutura de *hedge* contábil das operações abaixo foram constituídas associando-se a um contrato de *Swap* do tipo fluxo de caixa, para cada fluxo de pagamento das captações, seja de juros ou de principal e juros, sendo a posição ativa do Banco idêntica à remuneração dos contratos de captação.

Composição da estrutura de hedge de risco de fluxo de caixa

jun/23					
Objetos de Hedge					
	Valor Nominal	Valor na Curva	Valor de Mercado		Ajuste ao MTM
			Ativos	Passivos	
Hedge de Fluxo de Caixa					
Hedge de Captações					
Empréstimos no Exterior/País	409.820	(387.465)	-	(377.870)	(9.595)
jun/23					
Instrumentos de Hedge					
	Valor Nominal	Valor na Curva	Valor de Mercado		Ajuste ao MTM
			Ativos	Passivos	
Derivativos					
Contratos de Swap	409.820	(43.742)	-	(62.492)	(18.750)
dez/22					
Objetos de Hedge					
	Valor Nominal	Valor na Curva	Valor de Mercado		Ajuste ao MTM
			Ativos	Passivos	
Hedge de Fluxo de Caixa					
Hedge de Captações					
Empréstimos no Exterior/País	283.750	(290.968)	-	(289.270)	(1.698)
dez/22					
Instrumentos de Hedge					
	Valor Nominal	Valor na Curva	Valor de Mercado		Ajuste ao MTM
			Ativos	Passivos	
Derivativos					
Contratos de Swap	283.750	(6.153)	3.048	(12.456)	(3.255)

c. Composição dos Instrumentos Financeiros Derivativos Ajuste ao Patrimônio Líquido

	jun/23	dez/22
Saldo anterior	(856)	832
Ajuste ao PL MTM - Diferencial Derivativos	(15.495)	(5.208)
Ajuste ao PL MTM - Empréstimos no Exterior	7.897	1.987
Ajuste ao PL MTM antes dos impostos	(7.598)	(3.221)
Impostos IR/CS Ajuste PL MTM	3.419	1.449
Impostos IR/CS Ajuste NDF inefetiva (1)	-	84
Total Impostos IR/CS	3.419	1.533
Movimento do Ajuste de Avaliação Patrimonial	(4.179)	(1.688)
Total do Ajuste de Avaliação Patrimonial	(5.035)	(856)

(1) O valor do imposto IR/CS composto por 45% a base antes dos impostos é de R\$ 1.449 em dezembro/ 2022 e R\$ 84 de ajuste NDF , totalizando R\$ 1.533 em 2022 e em junho 2023 não tivemos estas operações com NDF.

O resultado da marcação a mercado da estrutura designada como *Hedge* de risco de fluxo de caixa está contabilizado no patrimônio líquido, correspondendo a débitos no montante de (R\$ 5.035) e de (R\$ 856), líquidos dos efeitos tributários em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, respectivamente.

d. Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	jun/23	jun/22
Rendas com Operações com Derivativos	8.744	28.270
Despesas com Operações com Derivativos	(56.390)	(38.977)
	(47.646)	(10.707)

7 Carteira de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

a. Composição das Operações de Crédito

	jun/23		dez/22	
	Valor	%	Valor	%
Operações Financiamento - CDC	769.760	95,1	670.679	93,9
Operações Financiamento - FINAME	39.652	4,9	43.663	6,1
TOTAL	809.412	100,0	714.342	100,0

b. Rendas de Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro

Operações de Crédito	jun/23	jun/22
Operações Financiamento - CDC	54.654	30.884
Financiamento - FINAME	3.689	2.784
Operações de Arrendamento Financeiro	-	3.696
TOTAL	58.343	37.364

c. Composição por Setor de Atividade de Operações de Crédito

	jun/23		dez/22	
Setor Privado	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	52.041	6,4	51.180	7,2
Pessoa Jurídica	757.371	93,6	663.162	92,8
Serviços	316.256	39,1	255.304	35,7
Comércio	345.979	42,7	328.942	46,0
Rural	10.339	1,3	7.177	1,0
Indústria	72.572	9,0	60.263	8,4
Empresariais	12.225	1,5	11.476	1,6
TOTAL	809.412	100,0	714.342	100,0

d. Concentração dos principais devedores

	jun/23		dez/22	
	Valor	%	Valor	%
Principal Devedor	34.518	4,3	31.543	4,4
10 Maiores Devedores	106.650	13,2	95.322	13,3
50 Maiores Devedores	209.246	25,9	194.468	27,2
100 Maiores Devedores	165.616	20,5	147.416	20,6
Demais Devedores	293.382	36,2	245.593	34,5
TOTAL	809.412	100,0	714.342	100,0

Os valores apresentados por Maiores Devedores não são acumulativos entre si.

	jun/23		dez/22	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas (1)	3.265	0,4	2.523	0,4
A Vencer até 30 Dias	38.147	4,7	29.173	4,1
A Vencer de 31 a 60 Dias	33.262	4,1	30.586	4,3
A Vencer de 61 a 90 Dias	32.365	4,0	28.354	4,0
A Vencer de 91 a 180 Dias	99.634	12,3	78.193	11,0
A Vencer de 181 a 360 Dias	170.247	21,1	137.293	19,0
A Vencer acima de 361 Dias	432.492	53,4	408.220	57,4
TOTAL	809.412	100,0	714.342	100,0

- (1) O Banco possui operações de crédito vencidas há mais de 90 dias em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

f. Carteira de Créditos e da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Créditos
distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

			jun/23		dez/22	
			Valor		Valor	
Níveis de Risco	% Provisão	% Provisão	Operações	Operações	Operações	Operações
	Mínima Exigida	Adicional	de Crédito	Provisão	de Crédito	Provisão
A	0,50	0,13	175.632	(1.107)	172.945	(1.090)
B	1,00	0,50	600.156	(9.002)	533.603	(8.004)
C	3,00	1,75	14.301	(679)	4.910	(233)
D	10,00	5,00	9.016	(1.353)	1.533	(230)
E	30,00	5,00	9.495	(3.323)	46	(16)
F	50,00	5,00	464	(255)	602	(331)
G	70,00	7,50	9	(7)	-	-
H	100,00		339	(339)	703	(703)
TOTAL			809.412	(16.065)	714.342	(10.607)

g. Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	jun/23	dez/22
Saldo Inicial	(10.607)	(6.208)
Constituição de Provisão	(6.194)	(4.507)
Reversão de Provisão	33	30
Créditos baixados p/ prejuízo	703	78
Saldo Final	(16.065)	(10.607)

Em 30 de junho de 2023 não existiam operações recuperadas e nem renegociadas (dezembro 2022 R\$ 0 e R\$ 3.161 respectivamente), baixadas para prejuízo R\$ 703, (dezembro 2022 R\$ 78).

8 Outros Ativos Financeiros

	<u>jun/23</u>	<u>dez/22</u>
Rendas a Receber (1)	3.767	6.098
TOTAL	3.767	6.098

(1) Refere-se a valores a receber de subsídio da Controladora KBI.

9 Outros Ativos

	<u>jun/23</u>	<u>dez/22</u>
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	3.977	2.933
Máquinas e Equipamentos	3.977	2.933
Despesas Antecipadas	152	90
Despesas Antecipadas (1)	152	90
Diversos (2)	1.482	2.836
TOTAL	5.611	5.859

(1) Refere-se a despesas antecipadas de serviços prestados de terceiros.

(2) Refere-se basicamente a valores a receber de clientes com vendas de máquinas retomadas.

10 Imobilizado de Uso

	<u>jun/23</u>			<u>dez/22</u>		
Itens imobilizado de Uso	Valor do Custo	Depreciação	Saldo Contábil	Valor do Custo	Depreciação	Saldo Contábil
Mobiliários Moveis e Equipamentos	490	(331)	159	479	(304)	175
Veículos	606	(274)	332	606	(213)	393
TOTAL	1.096	(605)	491	1.085	(517)	568

11 Depósitos

Os Depósitos estão classificados de acordo com seus vencimentos contratuais com taxa média de juros pós-fixada em DI, e os Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e as Letras Financeiras (LF) estão classificados de acordo com seus vencimentos com taxa pré-fixada em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022.

a. Depósitos - por Prazo de Exigibilidade

	jun/23			dez/22		
	até 360 dias	Acima de 360	Total	até 360 dias	Acima de 360	Total
Depósitos Interfinanceiros						
CDI -DI não Ligada (1)	31.484	-	31.484	29.343	-	29.343
CDI -Pré não Ligada (1)	67.315	21.515	88.830	110.666	64.069	174.735
Total CDI	98.799	21.515	120.314	140.009	64.069	204.078
Obrigações p/emissão de Letras Financeiras						
Letras Financeiras (1)	-	25.238	25.238	-	-	-
Total LF	-	25.238	25.238	-	-	-
Total Depósitos	98.799	46.753	145.552	140.009	64.069	204.078

- (1) Os Depósitos Interfinanceiros e Letras Financeiras tem liquidez diária e podem ser resgatados a qualquer momento sem ônus ao Banco.

12 Obrigações por Empréstimos no Exterior e no País

Obrigações por empréstimos no exterior, são representadas por recursos em moeda estrangeira, sobre os quais incidem encargos financeiros acrescidos de juros no montante de R\$ 377.870 em 30 de junho de 2023 e R\$ 289.270 em 31 de dezembro de 2022.

	jun/23			
	Principal	Curva	Valor de Mercado	Ajuste ao MTM
Obrigações por Empréstimos no Exterior e no País				
Empréstimos em Moeda Estrangeira	409.820	387.465	377.870	(9.595)
Valor Total	409.820	387.465	377.870	(9.595)
	dez/22			
	Principal	Curva	Valor de Mercado	Ajuste ao MTM
Obrigações por Empréstimos no Exterior e no País				
Empréstimos em Moeda Estrangeira	283.750	290.968	289.270	(1.698)
Valor Total	283.750	290.968	289.270	(1.698)

13 Obrigações por Repasses no País

Recurso do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais – FINAME, sujeitos a encargos contratuais pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e Taxa Selic, acrescido de juros conforme as políticas operacionais do BNDES com vencimento até outubro de 2027.

Obrigações por Repasses no país - Instituições Oficiais

jun/23						
Programa	até 1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	Acima 5 anos	Total
FINAME						
Pós- fixado	14.976	12.813	8.072	3.431	271	39.563

dez/22						
Programa	até 1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	Acima 5 anos	Total
FINAME						
Pós- fixado	15.553	11.864	10.355	4.613	1.155	43.540

14 Outros Passivos

	jun/23	dez/22
Pagamento de Pessoal (1)	2.599	2.621
Provisão Despesas Administrativas	181	147
Fornecedores	505	421
Diversos (2)	500	718
Provisão Dividendos a pagar	-	5.167
Valores de subsidios apropriar (3)	27.750	18.413
TOTAL	31.535	27.487

(1) Conforme Resolução nº 4.877/20 do CMN estão reconhecidos os aumentos referentes aos bonus futuros, férias, décimo terceiro e encargos sociais.

(2) Refere-se principalmente aos IOF sobre Operações de Crédito.

(3) Refere-se valores a apropriar de contratos com taxas subsidiadas pela Komatsu Brasil International Ltda.

15 Patrimônio Líquido

a. Capital Social

O Capital Social, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 150.000.000 (Cento e Cinquenta milhões de Reais), divididos em 150.000.000 (Cento e Cinquenta milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b. Reserva Legal

O Banco deve destinar 5% do lucro líquido do período para a constituição da Reserva Legal, até que esteja alcance o limite de 20% do capital social realizado previsto em Lei.

c. Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária do Banco foi constituída por determinação do estatuto social.

A Administração reclassificou os valores da Reserva para Expansão para Reserva Estatutária em 2022, conforme estatuto social do Banco, no montante de R\$ 17.304.

d. Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos e juros sobre o capital próprio que somados, correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

Os Juros sobre o capital próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros.

Em 31 de dezembro de 2022 o Banco provisionou o valor de R\$ 5.167 para pagamento de dividendos se utilizando do saldo da reserva estatutária, mas conforme a Ata de Assembleia de 28 de junho de 2023 a administração decidiu não deliberar os dividendos, e, por isso o saldo de R\$ 5.167 foi creditado na reserva estatutária. A reserva estatutária de 2023 totalizou 4.982.

16 Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/20, como segue:

Coligadas do Grupo Controlador	jun/23	dez/22
ATIVO		
Rendas a Receber (1)	3.800	6.149
Komatsu Brasil International Ltda. - Coligada	3.767	6.098
Komatsu Mexico Ltda. - Coligada	33	51
PASSIVO		
Pagamentos a Efetuar (2)	55	55
Komatsu Brasil International Ltda. - Coligada	55	55
RESULTADO		
Rendas de Financiamento Subsidiado	6.901	6.481
Komatsu Brasil International Ltda. - Coligada	6.901	6.481
Outras Despesas Administrativas (3)	(400)	(648)
Komatsu Brasil International Ltda. - Coligada	(400)	(648)
Despesa de Depósito a Prazo	-	(4)
Komatsu Brasil Holding Financeira Ltda. - Controladora	-	(4)

(1) Refere-se a recebimento de subsídio de taxas sobre operações de crédito.

- (2) Refere-se a pagamentos a efetuar conforme contrato de compartilhamento de despesas gerais e administrativas.
- (3) Refere-se, basicamente, a compartilhamento de despesas gerais e administrativas.

Remuneração dos administradores

De acordo com o Estatuto Social do Banco, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores.

Os gastos com remuneração dos administradores do Banco, foram definidos o limite máximo de até R\$ 4.400 nos semestres de 2023 e 2022.

17 Imposto de Renda e Contribuição Social

a. Demonstração do cálculo dos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social

	jun/23		jun/22	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado Antes da Tributação	9.839	9.839	10.470	10.470
Participação nos Lucros	(188)	(188)	(116)	(116)
Base para tributação	9.651	9.651	10.354	10.354
(+) Adições Permanentes	288	19	260	17
(+) Adições Temporárias	6.006	6.006	4.122	1.059
Resultado Antes da Compensação	15.945	15.676	14.736	11.430
Base de Cálculo IRPJ/CSLL	15.945	15.676	14.736	11.430
Alíquota Nominal (15% IRPJ)	2.392	-	2.210	-
Alíquota Nominal (10% adicional - IRPJ)	1.582	-	1.462	-
Total Imposto de Renda	3.974	-	3.672	-
Alíquota Nominal (20% CSLL)	-	3.135	-	2.286
Total Imposto de Contribuição Social	-	3.135	-	2.286

b. Origem dos Créditos Tributários e das Obrigações Fiscais Diferidas

Créditos Tributários

	dez/22	Constituição	Realização	jun/23
IR e CSLL diferidos originados por:				
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	4.776	2.456	-	7.232
Outras adições Temporárias	991	3.665	-	4.656
Total de Créditos Tributários s/diferenças temporárias	5.767	6.121	-	11.888

Obrigações Fiscais Diferidas

Não tivemos movimentações para as obrigações fiscais diferidas no período de dezembro/22 e junho/23.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o Banco possuía créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados com base nas alíquotas vigentes, conforme demonstrado a seguir. Esses créditos estão registrados em “Ativos Fiscais e Passivos Fiscais”, tendo em vista as estimativas dos créditos, face à projeção de lucros tributáveis baseada em estudo técnico que é revisto no mínimo semestralmente.

Os principais fatores que fundamentam a projeção de rentabilidade futura deste estudo são:

- Premissas básicas aderentes ao plano estratégico do Banco e ao cenário macroeconômico atual;
- Projeções de resultado compatíveis com os negócios, estratégias e estruturas operacionais e de capital;
- Crescimento da carteira de crédito e dos “spreads” aderentes às expectativas de mercado;
- Incremento nas receitas de prestação de serviços, tarifas e outras receitas, compatíveis com o mercado e com a estrutura de produtos oferecidos pelo Banco; e
- Estimativa de despesas e custos operacionais baseada na inflação projetada e nas necessidades operacionais do Banco.

A realização desses créditos tributários, no período estimado, depende da materialização dessas premissas na forma como projetadas.

c. Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

A seguir, apresentamos a expectativa anual de realização dos créditos tributários de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) calculados sobre diferenças temporárias, e seu respectivo valor presente. Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizada como custo de captação a Taxa Selic projetada ano a ano, para os próximos 5 anos, aplicada sobre os valores nominais da expectativa de realização, deduzindo o efeito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes na data do balanço.

Ano de Realização	Valor	Valor Presente	% de Realização
2023	2.793	2.493	23%
2024	4.370	3.991	37%
2025	2.153	1.975	18%
2026	1.469	1.351	12%
2027	1.103	1.015	10%
TOTAL	11.888	10.825	100%

18 Valor Justo dos Ativos e Passivos Financeiros

a. Determinação e Hierarquia do Valor Justo

O Banco utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento;
- Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de “Fluxo de caixa descontado”, nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e
- Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado.

	<u>jun/23</u>	<u>dez/22</u>
Classificação contábil	Nível 2	Nível 2
Ativos Financeiros avaliados por seu valor justo:		
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	3.048
Passivos Financeiros avaliados por seu valor justo:		
Instrumentos Financeiros Derivativos	62.492	12.456
Obrigações p/Empréstimos no Exterior	377.870	289.270

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o Banco não possuía nenhum Ativo e Passivo Financeiros classificados nas categorias Nível 1 e Nível 3.

b. Método de Apuração do valor Justo

A melhor evidência de valor justo é o preço cotado em mercado ativo. A maioria das técnicas de avaliação emprega dados observáveis de mercado, caracterizando alto grau de confiança no valor justo estimado.

Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de Ativo ou Passivo financeiros forem adotadas pelo mercado, estes são incluídos no nível 2.

19 Estrutura de Gerenciamento de Risco

Como em toda atividade bancária, as operações do Banco estão sujeitas a vários tipos de riscos, sendo assim, a alta administração do Banco considera a gestão de riscos e *compliance* essenciais para o bom desempenho e continuidade de negócios.

A área de gestão de riscos e *compliance* do Banco atua de maneira integrada e está configurada em conformidade com a complexidade de suas operações, de forma a atender às boas práticas de mercado e às disposições da regulamentação em vigor.

O processo de gerenciamento de riscos e *compliance* conta com a participação de todas as camadas hierárquicas do Banco, que abrange desde as unidades de negócio até a Diretoria e seus Comitês.

O Banco possui um Comitê de Riscos e *Compliance* que tem como principal atribuição o aprimoramento das ferramentas de controle e processos, acompanhamento, monitoramento dos riscos do Banco, aprovação de novos instrumentos normativos e políticas internas.

Maiores detalhes sobre as informações relativas à estrutura de gerenciamento de riscos e relatórios de transparência estão disponíveis na aba Governança na página do Banco na web, no endereço: www.bancokomatsu.com.br . (não auditado).

a. Risco de Crédito

Em conformidade a Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco possui estrutura de gerenciamento de risco de crédito, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades do Banco.

O Banco utiliza modelo próprio de classificação do risco de crédito onde são considerados aspectos quantitativos e qualitativos. A classificação de crédito baseia-se em informações tais como: a situação econômico-financeira do proponente, sua capacidade de geração de caixa, o grupo econômico a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua, as garantias oferecidas e a destinação do crédito. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas que garante a detalhada observação e avaliação do risco das operações, bem como a necessária tempestividade e flexibilidade na sua aprovação.

Os princípios de controle do Banco estão descritos nas políticas de risco que estão em constante desenvolvimento e manutenção.

b. Risco de Mercado

Em conformidade a Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco possui estrutura de gerenciamento de risco de mercado, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades do Banco.

Por se tratar de um banco de nicho, operando basicamente no financiamento de bens da própria marca para pessoas físicas e jurídicas, o perfil de exposição ao risco de mercado do Banco é conservador. Os investimentos da tesouraria são restritos ao excedente de caixa, estão disponíveis para venda e não possuem finalidade especulativa, sendo assim, são registrados na carteira de não negociação (Banking).

O Banco utiliza instrumentos derivativos de *hedge* para proteger suas operações, sujeitas a variação cambial. A estratégia consiste exclusivamente em compensar os riscos de variações de preços de mercado, não assumindo nenhuma posição especulativa.

O capital mínimo requerido para cobertura do risco das exposições sujeitas à variação de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN-IRRBB) é calculado mensalmente através da metodologia NII (Net Interest Income) de acordo com preceitos a Resolução BCB nº 48/2020.

c. Análise de Sensibilidade para Risco de Mercado

O objetivo da análise de sensibilidade é apoiar a alta administração do Banco, no que diz respeito ao entendimento sobre o potencial de impacto que certas situações, adversas ou não, provocariam no capital do Banco.

Para realização da análise de sensibilidade é utilizada ferramenta sistêmica de análise de risco, onde se estabelecem cenários de longo prazo que afetam os parâmetros ou variáveis definidas para a mensuração de risco do Banco.

Por se tratar de um Banco que não possui apetite de risco para posições especulativas ou que sejam vinculadas a variação de moedas e preços de mercado, e que opera basicamente com posições ativas e passivas mantidas até o vencimento e classificados na carteira de não-negociação (*Banking*), a análise baseia-se em valorização ou desvalorização do capital do Banco, em decorrência de mudanças nas taxas de juros estruturais praticadas no mercado.

Tal análise se mostra eficaz, na medida em que as posições são majoritariamente compostas de operações de crédito, captações e investimento do excedente de caixa, cujo registro contábil é realizado pelas taxas pactuadas nas operações, ou seja, pelo valor justo. Diante desta característica, conclui-se que os efeitos das oscilações de taxa de juros são refletidos no patrimônio líquido do Banco e não no resultado. Existem também operações atreladas a instrumentos de *hedge*, que visam eliminar completamente os efeitos de oscilações de moeda estrangeira sobre o patrimônio do Banco.

Nos cenários analisados, os fluxos de caixa futuro das posições ativas e passivas são marcados a mercado nas respectivas datas-bases, de acordo com a curva de juros para cada fator de risco, informado pela B3 (ETTJ – Estrutura a Termos de Taxa de Juros).

Por fim, as exposições são calculadas pela diferença entre as posições ativas e passivas, cujos valores positivos representam exposições compradas e os valores negativos representam exposições vendidas.

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade da Carteira Banking para as data-base de 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

		jun/23			dez/22			
		Impactos no Capital			Impactos no Capital			
Fatores de risco	Exposições	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Exposições	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Pré-fixado	245.788	4.596	(8.700)	(20.655)	212.049	4.361	(8.251)	(19.560)
SELIC	2.059	19	(37)	(90)	2.439	24	(47)	(113)
CDI	(9.414)	(178)	(218)	(256)	(7.674)	(104)	206	501
Total	238.433	4.437	(8.955)	(21.001)	206.814	4.281	(8.092)	(19.172)

A análise de sensibilidade foi realizada considerando-se os seguintes cenários:

- Cenário 1: refere-se ao cenário realista com viés positivo, onde as taxas de juros estruturais sofrem uma redução de um ponto percentual (100 bps) em toda a curva de juros futuros, para todos os fatores de risco, independente do prazo de vencimento;
- Cenário 2: refere-se ao cenário realista com viés negativo, onde as taxas de juros estruturais sofrem uma elevação de dois pontos percentuais (200 bps) em toda a curva de juros futuros, para todos os fatores de risco, independente do prazo de vencimento;
- Cenário 3: refere-se ao cenário de estresse, onde as taxas de juros estruturais sofrem uma elevação de cinco pontos percentuais (500 bps) em toda a curva de juros futuros, para todos os fatores de risco, independente do prazo de vencimento.

d. Risco de Liquidez

Em conformidade a Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco possui estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades da Instituição.

As políticas e procedimentos internos de gestão de riscos visam cobrir:

- Risco de liquidez operacional, oriundo da necessidade de caixa para fazer frente às despesas administrativas;
- Risco de liquidez de financiamento, oriundo da necessidade de caixa para fazer frente à contratação de novos negócios de acordo com o planejamento estratégico do Banco;
- Risco de liquidez associado ao risco mercado, oriundo dos descasamentos entre ativos e passivos do Banco.

Tais políticas e procedimentos estabelecem parâmetros para a posição mínima de liquidez do Banco e possuem capacidade de mensurar se o banco está operando nesses parâmetros, gerando relatórios tempestivos à administração que permitem tomar decisões sobre liquidez e monitorar os resultados dessas decisões.

e. Risco Operacional

Em conformidade a Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco possui estrutura de gerenciamento do risco operacional, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades do Banco.

O processo de monitoramento do Risco Operacional envolve toda a estrutura do Banco, iniciando-se com os colaboradores que identificam os riscos, os gestores de processos que avaliam os riscos, passando pela área de gestão de risco e Comitê de Riscos e *compliance* que determinam as ações para sua mitigação.

Os trabalhos de Auditoria Interna complementam tal processo, devendo constar dos seus relatórios a avaliação do sistema de controles internos e riscos.

Em conjunto com a área de gestão de riscos e *compliance* às demais áreas de negócios do Banco são responsáveis pela elaboração e cronograma dos planos de ação, cuja finalidade são de aprimoramento dos processos e controles internos. Os planos de ação são aprovados e acompanhados sistematicamente pelo comitê de riscos e *compliance*.

Com relação ao atendimento dos requisitos de Basileia, o Banco gerencia seus riscos operacionais utilizando a abordagem básica para alocação de capital.

f. Risco Socioambiental

Em conformidade a Resolução CMN nº 4.945/21, o Banco possui estrutura de gerenciamento do risco socioambiental, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades do Banco.

Na condução de seus negócios, o Banco possui política, procedimentos, e práticas que visam mitigar o risco socioambiental em toda a sua cadeia produtiva, desde o estabelecimento de canais de comunicação com clientes internos e externos até o monitoramento das atividades de seus clientes tanto no momento da aprovação de crédito quanto no decurso de relacionamento com o Banco.

20 Gerenciamento do Capital

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, o processo de gestão de capital está centrado no acompanhamento mensal da adequação do Patrimônio de Referência (PR) e visa assegurar que o Banco mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento de suas atividades.

a. Planejamento de Capital

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, anualmente o Banco elabora plano de capital com o objetivo de estimar o enquadramento dos limites regulatórios e de apetite de risco do Banco, de acordo com o planejamento estratégico do Banco para um horizonte de três anos.

O plano de capital é aprovado pelo Comitê de Risco e *Compliance*, que também é responsável pelo acompanhamento trimestral dos limites planejados em relação os valores realizados, assim como, pelo acionamento do plano de contingência de capital em caso de necessidade específica.

b. Teste de Estresse

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17 e de acordo com a complexidade de suas operações, produtos e mercado de atuação, o Banco estabelece um estudo periódico para avaliar de maneira prospectiva o impacto no capital do Banco diante de situações adversas de mercado, ou que tenham potencial de quebra de premissas de resultados consideradas no seu planejamento estratégico.

Os cenários considerados no programa de teste de estresse são um conjunto de premissas previamente definidas, que abrangem os fatores de risco relevantes e concentrações significativas, que visam estabelecer níveis severos de quebra da normalidade dos indicadores de risco. Os cenários também são elaborados de maneira a considerar os efeitos decorrentes da interação entre os diversos fatores de riscos existentes.

O Comitê de Riscos e *Compliance* é o órgão interno responsável pela aprovação do teste de estresse e deliberação sobre a necessidade de realização de testes de estresse específicos, oriundos de situações adversas identificadas nas rotinas de gerenciamento de riscos.

c. Índice de Capital

O Índice de Basileia, de Capital Principal, Nível I e Nível II, são requeridos para garantir a solidez do Banco e com intuito de suportar o crescimento do negócio.

O Índice de Capital é calculado com base na relação entre os ativos ponderados pelo risco e o capital do banco.

Os Índices de Capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pela Resoluções BCB nº 54/2020, que trata do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

A avaliação e suficiência de capital é feita periodicamente com intuito de verificar se o patrimônio de referência é suficiente para os riscos tomados pelo Banco.

	jun/23	dez/22
Patrimônio de Referência	178.845	172.613
PR - Nível I	178.845	172.613
Capital Principal (CP)	178.845	172.613
Capital Social	150.000	150.000
(+) Reservas de Capital, de Reavaliação e de Lucros	33.880	23.469
Ajuste ao Valor de Mercado	(5.035)	(857)
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	825.318	759.154
Risco de Crédito	802.251	719.589
Risco Operacional	23.067	39.565
Nível I	178.845	172.613
Capital Principal (CP)	178.845	172.613
Patrimônio de Referência	178.845	172.613
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	66.025	60.732
Folga em Relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	112.820	111.881

As Instituições financeiras têm que manter patrimônio líquido mínimo de 8,0% dos seus ativos consolidados ponderados por graus de risco, acrescidos de percentuais sobre os riscos de créditos, em ativos e passivos referenciados em variação cambial e em variação da taxa de juros, conforme normas e instruções do BACEN.

Em 30 de junho de 2023 o Banco está enquadrado neste limite operacional, onde o índice de capital corresponde a 21,67% (22,74% em 31 de dezembro de 2022).

Em complemento aos requerimentos mínimos de capital, a partir de 1º de outubro de 2015, entrou em vigor a Circular nº 3.748/15 do BACEN, que incorpora o Índice de Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. A RA é definida como a razão entre Capital de Nível I (capital de mais alta qualidade mantida pelos Bancos) e Exposição Total (calculada nos termos da referida Circular). O índice de Alavancagem do Banco é de 20,69% em 30 de junho de 2023 (22,26% em 31 de dezembro de 2022).

21 Outras Receitas/(Despesas) operacionais

a. Outras Receitas /(Despesas) Operacionais

	<u>jun/23</u>	<u>jun/22</u>
Receita de Prestação de Serviços	252	139
Outras Receitas Operacionais	1	54
(Despesas) Tributárias	(1.158)	(852)
TOTAL	(905)	(659)

b. Outras Receitas/ (Despesas) Não Operacionais

	<u>jun/23</u>	<u>jun/22</u>
Resultado na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos p/venda	(222)	131
Recuperação da (Desvalorização) de Ativos não Financeiros Mantidos p/ venda	-	90
Recuperação de Despesa de Ativos não Financeiros Mantidos p/ venda (1)	111	60
Resultado na Alienação de Ativo Imobilizado de Uso	-	75
TOTAL	(111)	356

- (1) Refere-se à recuperação das despesas pagas no semestre anterior, onde foi reconhecido no resultado apurado, e recebemos pelo acordo com o cliente.

c. Outras Despesas Administrativas

	<u>jun/23</u>	<u>jun/22</u>
Despesas de Processamento de Dados	(942)	(739)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(711)	(465)
Despesas de Serviços Sistema Financeiro	(90)	(97)
Outras Despesas Administrativas	(67)	(56)
Despesas com Aluguéis	(264)	(264)
Despesas c/Contingência Trabalhista	-	(243)
Despesas com Transportes	(22)	(15)
Despesas de Comunicação	(34)	(32)
Despesas de Viagens	(46)	(11)
Despesas de Publicações	(3)	(22)
Despesas de Depreciação	(88)	(85)
Despesas c/ Seguros	(64)	(52)
Despesas c/Emol.Judiciais e Cartorários	(7)	(3)
Despesas c/Promoções e Relações Públicas	(11)	(7)
TOTAL	(2.349)	(2.091)

d. Despesas de Pessoal e Honorários da Diretoria

	jun/23	jun/22
Proventos e Ordenados (1)	(2.820)	(2.601)
Encargos Sociais (2)	(922)	(808)
Benefícios (3)	(501)	(414)
TOTAL	(4.243)	(3.823)

- (1) Em 30 de junho de 2023 para Diretores R\$ 1.516, e para Funcionários R\$ 1.304. (Jun/2022 – Diretores R\$ 1.496, Funcionários R\$ 1.105).
- (2) Em 30 de junho de 2023 para Diretores R\$ 474, e para Funcionários R\$ 448. (Jun/2022 – Diretores R\$ 440, Funcionários R\$ 368).
- (3) Em 30 de junho de 2023 para Diretores R\$ 84, e para Funcionários R\$ 417. (Jun/2022 – Diretores R\$ 69, Funcionários R\$ 345).

22 Outras Informações

a. Remuneração de Pessoal Chave da Administração

A Resolução do CMN nº 3.921/10 tem como objetivo principal regulamentar e institucionalizar as políticas de remuneração dos administradores de instituições financeiras, assegurando seu alinhamento à política de gestão de riscos do Banco, no sentido de coibir comportamentos que possam ser considerados desalinhados dos níveis de segurança e de prudência desejados. A referida Resolução estabelece diretrizes sobre os programas de remuneração variável, também as responsabilidades na aprovação, operacionalização e divulgação das políticas de remuneração, bem como a criação de um comitê de remuneração.

Alinhando às regras da referida Resolução, a remuneração dos administradores do Banco, são baseados, (i) nas responsabilidades dos Administradores, considerando os diferentes cargos ocupados e as funções que desempenham; (ii) no tempo dedicado às suas funções; (iii) na competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e (iv) ao valor de seus serviços no mercado.

Os administradores do Banco são remunerados através de salários de acordo com o regime CLT, que estão apresentados na rubrica despesas de honorários.

b. Ativos e Passivos Contingentes

O Banco não possui contingência passiva classificada com risco de perda possível.

c. Resumo do Plano de Implementação da Resolução CMN nº 4.966/21

Conforme a Resolução CMN nº 4.966/21, que trata sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, constituição de provisão para perdas esperadas sobre os riscos dos instrumentos e os reconhecimentos das relações de proteção (contabilidade de *hedge*), que entrará completamente em vigor em 01/01/2025, apresentamos um resumo do 1º plano de ação para sua implantação.

Para a 1ª fase do projeto, definimos 04 integrantes que irão se capacitar com estudo das Normas do IFRS, acompanhar periodicamente as mudanças que forem publicadas, interpretar e segregar por assunto. Para as próximas fases, iremos envolver os responsáveis de cada área de negócio e unidades operacionais, avaliar os impactos sistêmicos, pessoal e de controles internos, bem como aplicar as mudanças dentro dos prazos estipulados.

As principais áreas de negócio que serão impactadas no Banco são: (i) Operações com as parametrizações, testes em homologação e validações de processos; (ii) Tecnologia da Informação com as aplicações de todos os requerimentos solicitados pelo fornecedor de sistemas e ajustes após as homologações; (iii) Impostos com as demandas paralelas a Receita Federal; (iv) Contabilidade com as mudanças dos Cosif's alterando parâmetros nos legados envolvidos, acompanhando as mudanças dos resultados contábeis para a divulgação dos efeitos em demonstração financeira, alterações em todos os reportes gerenciais e regulatórios; (v) Risco de Crédito onde será implantado a nova regra de cálculo da provisão simplificada ou completa, arrastos das operações e *Writte-off*, todos de acordo com metodologia a ser aplicada.

d. Auditoria Independente

Em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC PA 400 de 21 de novembro de 2019, informamos que a empresa contratada para a revisão das Demonstrações Financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2023, não prestou outros serviços ao Banco que não os de auditoria independente, em caso de haver a contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos auditores independentes, fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os seus interesses e de seu cliente. Os valores pagos aos auditores independentes, referente aos serviços de auditoria externa e interna, estão previstos para o ano de 2023 líquido de impostos o montante de R\$ 284, e R\$ 160, respectivamente.

* * *

Paulo Alves
Diretor Gerente

Luciana Moreno
Contadora
CRC 1SP222274/O-0